

Educação a Distância para Segurança Pública: uma experiência exitosa no âmbito do Decreto nº 5.707/06

Brasília – DF – Maio 2012

Categoria: Estratégias e Políticas

Setor Educacional: Educação Corporativa

Classificação das Áreas de Pesquisa em EAD
Macro: Sistemas e Instituições de EAD / Meso: Gerenciamento e Organização / Micro: Design Instrucional

Natureza do Trabalho: Relatório de Pesquisa

Classe: Investigação Científica

RESUMO

A Educação a Distância (EAD) pela Internet está se tornando uma das ferramentas mais importantes na área de formação das pessoas - tanto no âmbito acadêmico quanto no corporativo -, em todos os países em que as tecnologias de informação e comunicação estão ganhando espaço e possibilitando avanços no processo de formação continuada. No caso do governo brasileiro, em 2006 foi publicado o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro, com determinações para a “Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional...”. Em seu artigo 2º, inciso III, explicita que serão “eventos de capacitação: cursos presenciais e à distância (sic)”. O presente artigo apresenta a análise de uma experiência exitosa em EAD, voltada para a capacitação de profissionais da área de segurança pública realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)/Ministério da Justiça. Com as devidas adaptações, as práticas empreendidas nessa experiência podem servir de referência para a ação de outros órgãos públicos no planejamento e na execução de cursos a distância voltados à formação continuada de seus servidores.

Palavras-chave: educação a distância; segurança pública; capacitação de servidores públicos; Decreto nº 5.707/2006.

1. Introdução

O presente artigo apresenta a análise de uma experiência exitosa de educação corporativa na modalidade Educação a Distância (EAD), que tem como base o Decreto nº 5.707/2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, que regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. A experiência vem sendo realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), órgão do Ministério da Justiça que tem dentre as suas competências estimular a modernização e o reaparelhamento dos órgãos de segurança pública e que elegeu a educação dos profissionais da área de segurança pública como estratégia para responder aos desafios e às demandas da sociedade pela redução das diferentes formas de violência e de criminalidade.

A SENASP explorou de forma estratégica as ferramentas passíveis de uso para a EAD e instituiu, por meio de um ambiente de aprendizagem personalizado, 55 (cinquenta e cinco) cursos com duração de 60 (sessenta) horas e 10 (dez) cursos com duração de 40 (quarenta) horas, ou seja, 65 (sessenta e cinco) cursos para atender um quantitativo de 200 mil alunos por ciclo, em 3 ciclos anuais, por meio da criação da Rede Nacional de Educação a Distância para Segurança Pública (Rede EAD), implementada nas 27 Unidades da Federação, com 270 Telecentros já instalados nas capitais e nas principais cidades do interior. Os números falam por si e não há relato conhecido de nenhuma outra instituição em nenhum outro país que os tenha atingido: 600.000 alunos atendidos a cada ano de forma inteiramente gratuita. (BRASIL, 2011)

A Rede Nacional de Educação a Distância foi criada em 2005 pela SENASP/MJ em parceria com a Academia Nacional de Polícia, uma escola virtual destinada aos profissionais de segurança pública no Brasil [...] Com a implementação da Rede, iniciou-se novo paradigma, em que a SENASP passou a exercer o papel de efetivo órgão condutor dos processos de educação em segurança pública. (<http://portal.mj.gov.br>)

Para alcançar resultados tão expressivos, a SENASP percorreu um longo e singular caminho pautado pela Matriz Curricular Nacional – referencial pedagógico elaborado para orientar as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública -, tendo em vista que seu público é composto exclusivamente por profissionais de segurança pública, servidores da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Bombeiros e Agentes Penitenciários, bem como as Guardas Municipais.

É cada vez mais necessário pensar a intencionalidade das Atividades Formativas, pois o investimento no capital humano e a valorização profissional tornam-se imprescindíveis para atender as demandas, superar os desafios existentes e contribuir para a efetividade das organizações de Segurança Pública. (BRASIL, 2009)

Se por um lado a Matriz Curricular Nacional possibilitou a fundamentação da Rede EAD, assegurando a qualidade de seus processos como ferramenta estratégica de capacitação; foram os investimentos advindos de projetos internacionais; do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) – medida provisória editada em 2000 - e dos próprios estados, por meio da disponibilidade da estrutura física, que garantiram a sua viabilidade como política pública.

A Rede é um salto qualitativo em termos de investimento no capital humano, na valorização do profissional de segurança pública, na busca da excelência nas ações de formação e, conseqüentemente, na melhoria das ações de segurança pública. Com o fortalecimento da Rede, o Governo Federal estabelece uma política onde os processos de aprendizagem são contínuos, sistêmicos e não excludentes, garantindo assim a coerência com as demais políticas de melhoria da qualidade da educação em segurança pública. (<http://portal.mj.gov.br>)

2. Conhecendo a Rede EAD

Uma demanda tão expressiva necessita de estrutura adequada para seu atendimento. A SENASP, sempre dentro do princípio federativo, buscou a parceria dos estados e dos municípios para implantar a Rede EAD em todas as 27 Unidades da Federação. Atualmente conta com 270

telecentros distribuídos em todas as capitais e nos principais municípios, sendo 27 nas secretarias estaduais de segurança pública, 27 nas superintendências regionais da Polícia Federal, 3 nas agências da Polícia Rodoviária Federal e os demais nos principais municípios de cada estado.

O telecentro é um ambiente composto de tele sala, sala web, espaço para tutoria e sala do servidor de rede. Conta com a infraestrutura e os meios necessários para teleconferências, videoconferências, capacitação baseada em computador, e-learning, exibição de vídeos e filmes. (BRASIL, 2009)

A Rede EAD é múltipla, ou seja, abrange várias redes. A rede física (os telecentros propriamente ditos); a rede tecnológica, a infovia (combinação de mídias de TV e Internet) e a rede de pessoas (coordenação, tutoria, designers, alunos etc.), sendo essa última a mais valorizada delas. Apenas para a tutoria, houve uma mobilização de mais de 3.500 profissionais, a maioria da área de segurança, que devem possuir, como exigência mínima, comprovante de conclusão de curso superior e conhecimentos necessários sobre os temas dos cursos nos quais atuam. Os tutores são capacitados para estimular e facilitar tanto o processo de aprendizagem dos alunos quanto o compartilhamento de conhecimentos entre eles por meio das ferramentas de interação.

A oferta dos cursos é feita mediante a execução de ciclos que duram cerca de três meses envolvendo desde a inscrição até o relatório do tutor sobre o desempenho da turma. Em cada curso, os estudantes são distribuídos em turmas de cinquenta alunos.

Os cursos da Rede seguem a mesma fundamentação teórica da Matriz Curricular Nacional, ou seja, orientam-se pelo modelo de desenvolvimento de competências, entendidas como a capacidade de mobilizar saberes (conhecimentos, habilidades e atitudes) para agir em diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes, durante e após a ação estimulem a autonomia intelectual. (BRASIL, 2009, s.p).

De acordo com Brasil (2011), o desenho pedagógico dos cursos da Rede EAD está alinhado ao desenvolvimento de competências, e considera a abordagem construtivista, principalmente, as ideias de Piaget, Vigostky e Bruner em relação aos seguintes aspectos:

- Consideração das características dos diversos profissionais da Rede;
- Utilização de uma linguagem clara, atraente e adequada, reforçada por elementos que possibilitem a reflexão sobre questões e ações relacionadas à área de segurança pública, exemplos e o aprofundamento dos conteúdos por meio de links para sites, materiais complementares, glossário e referências bibliográficas;
- Seleção de atividades relevantes e contextualizadas que possibilitem a observação da realidade, a verificação dos conteúdos estudados e a aplicação em situações problemas, seguidas de feedback ou orientação para a resposta.
- Utilização de ferramentas que possibilitem, a comunicação, a troca de experiência e a discussão dos temas, por meio da interação com tutores e outros alunos. (BRASIL, 2011)

Os cursos online, que tem duração de quarenta ou sessenta horas, são realizados por meio de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) próprio da SENASP, exclusivamente customizado, para atender a todas as unidades vinculadas ao SENASP, em âmbito nacional, e às características e peculiaridades da formação da área de Segurança Pública.

A plataforma tecnológica da Rede EAD (Rede Nacional de Educação a Distância para a Segurança Pública da SENASP/MJ) segue o padrão SCORM (*Sharable Content Object Reference Model*) e contempla a transmissão e veiculação de conteúdos educacionais, comunicação e informações institucionais relacionadas à segurança pública e aos cursos ofertados por intermédio de sistemas integrados de TV Digital Interativa, Videoconferência Multiponto, Gestão Escolar e Aprendizagem em ambiente WEB (*World Wide Web*).

Os ambientes da Plataforma estão organizados para proporcionar as ferramentas necessárias à administração geral do projeto, à gestão

dos processos da educação a distância, à gestão pedagógica de tutores e alunos, à ação de tutoria e à gestão de conteúdos, apresentando dados consolidados sobre todo o trabalho realizado.

O conteúdo de cada curso é elaborado por profissionais da área de segurança e a edição do texto é feita por empresa especializada em EAD, contratada mediante licitação, de que resulta um livro em forma eletrônica que apresenta hiperlinks para sites e textos externos, glossário, referências bibliográficas e textos complementares, seguindo a tendência geral de outras entidades públicas, tais como: o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado Federal; o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOP) da Câmara Federal; a Escola de Administração Fazendária (ESAF); a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), dentre outras, o mesmo ocorrendo em instituições privadas, a exemplo da Universidade Católica de Brasília – UCB Virtual.

Ao final de cada curso o aluno realiza uma prova com questões objetivas, relacionadas às competências e aos conteúdos do curso, bem como avalia o curso, o conteúdo, o ambiente virtual de aprendizagem e a tutoria.

3. Metodologia

Os dados apresentados foram levantados por meio de pesquisa em documentos elaborados pela própria SENASP, sendo que o principal documento encontra-se disponível gratuitamente no endereço eletrônico do Ministério da Justiça. Trata-se da Matriz Curricular Nacional, edição revista e ampliada no ano de 2009.

Outros documentos de relevante importância são os manuais que orientam as atividades dos conteudistas, tutores e alunos, todos elaborados pela SENASP e acessíveis no ambiente de aprendizagem.

Esses manuais se destacam, pois traduzem a orientação pedagógica da Rede EAD.

A segunda principal fonte de pesquisa foi o sítio eletrônico Google, no qual se utilizou os termos “cursos Senasp” e foi possível obter um total de 67.000 resultados (acesso em 19 de agosto de 2011), que abrangem desde os sítios eletrônicos dos órgãos estaduais de segurança pública (Polícias Civil e Militar), Corpo de bombeiros estaduais, Guardas Municipais, até os mais diversos interessados como jornais, revistas, sítios eletrônicos midiáticos, associações, empresas, numa capilaridade compatível com as possibilidades oferecidas pela Internet.

A terceira fonte consistiu na análise de dados dos cursos descritos em relatórios administrativos gerados pelos tutores e pela coordenação da Rede EAD, onde se encontram, dentre outros, dados referentes ao número de alunos: matriculados; concluintes; desistentes e evadidos, por ciclo/curso/ turma.

4. Resultados

Os dados permitiram inúmeras leituras, porém duas são bastante relevantes para este trabalho. A primeira diz respeito aos estágios da REDE EAD. Percebe-se que inicialmente as preocupações estavam relacionadas à formação de uma cultura do aprendizado a distância e a inclusão digital, pois o aumento da demanda foi gradativo e crescente, seguindo uma projeção aritmética, os números de alunos cresciam à medida que novos cursos eram ofertados. Com a instituição do Bolsa-Formação - benefício ofertado aos policiais que ganhavam abaixo do piso estabelecido e que se dedicavam a realizar os cursos ofertados, tanto na modalidade presencial ou a distância – a demanda cresceu exponencialmente, saindo de uma média de 2.400 alunos, nos primeiros ciclos, para uma média de 204.000 nos últimos dois ciclos acompanhados por este trabalho, isso num período de seis anos. Observa-se então que a

Rede EAD passou a exercer o papel indutor de uma política de capacitação para área de segurança pública.

A segunda diz respeito à necessidade do controle da evasão, pois no início da caminhada da SENASP a oferta de cursos a distância não foi nada promissora. O Acórdão nº 1142/2009-Plenário do Tribunal de Contas da União informa que a evasão no primeiro curso foi de 66% (sessenta e seis por cento). No decorrer das ofertas seguintes, no entanto, tais índices foram reduzidos a um percentual que varia entre 9% (nove por cento) e 13% (treze por cento), índices muito abaixo da média estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC):

O primeiro curso, que ocorreu de novembro/2005 a fevereiro/2006, teve 66% de evasão. Observou-se que uma das causas foi o chamado 'analfabetismo digital' (policiais militares e guardas municipais não sabiam utilizar adequadamente o computador). Para reduzir a evasão, foram criados mecanismos como a semana de ambientação (o aluno aprende a utilizar o computador) e estipulado que cada aluno poderia fazer somente dois cursos por ciclo. Assim, no 9º Ciclo, o número de evadidos caiu para 35%, sendo a média de evasão estabelecida pelo MEC para julgar um programa de ensino à distância bem sucedido a de 38%. (BRASIL, 2009)

Cabe destacar que ao longo dos seis anos de existência da Rede outras ações foram implementadas com o objetivo de diminuir ainda mais os índices de evasão e ampliar a qualidade do trabalho administrativo-pedagógico desenvolvido. As ações implementadas levam em consideração o uso adequado da tecnologia e as necessidades do público de interesse, a formação continuada dos tutores para a realização da mediação pedagógica e gestão dos processos pautadas em uma relação que envolve: metas institucionais, qualidade dos cursos ofertados e melhoria do trabalho realizado.

5. Conclusão

O Brasil é um país de proporções continentais cuja população aproxima-se dos 200 milhões de habitantes. Denomina-se, constitucionalmente, de República Federativa do Brasil e sua organização político-administrativa compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos. A União segue o princípio montesquiano de tripartição dos poderes em executivo, legislativo e judiciário, com as respectivas instâncias estaduais, municipais e do Distrito Federal, necessitando, para o melhor atendimento aos cidadãos contribuintes, de uma estrutura gigantesca de servidores públicos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IPEA (2009), o número de servidores públicos em 2007 atingia cerca de dez milhões, cento e sessenta e oito mil, seiscentos e oitenta pessoas, compostos por militares e civis dos três poderes, federais, estaduais e municipais e estatutários. Mas este universo é muito mais amplo do que aparenta à primeira vista, considerando-se que os dados referentes aos celetistas contratados por empresas que prestam serviços terceirizados aos poderes públicos que dificilmente serão consolidados devido à complexidade de se reunir tais dados referentes aos estados e, principalmente, aos municípios. Estima-se assim cerca de quinze milhões o número de pessoas demandantes de ações de capacitação para a melhoria de seu desempenho profissional, direta ou indiretamente prestado à população, uma vez que também os terceirizados podem e devem participar de cursos ofertados para essa finalidade.

Dadas as características e vantagens, a EAD mostra-se então como a ferramenta estratégica de capacitação que melhor pode atender essa demanda. Nesse sentido os processos desenvolvidos pela SENASP servem, com as devidas adaptações, como referência para o desenho das ações de formação de capacitação a distância no âmbito do Decreto nº 5.707/ 2006, que visam acima de tudo a qualidade dos serviços públicos ofertados aos cidadãos.

6. Referências Bibliográficas

ABED. Disponível em < <http://www2.abed.org.br/>>. Acesso em < 04 out 2011>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Câmara Federal, 2007. 88 p.

BRASIL. Decreto n. 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, ano CXLIII, n. 40, p. 3, 24 fev 2006. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Pessoas. **Matriz Curricular Nacional**: malha curricular, v. Brasília: SENASP, 2009.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Pessoas. **Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública (REDE EAD)**: modelo Técnico-Pedagógico. Brasília: SENASP, 2011. (mimeo)

BRASIL. Tribunal de Contas da União – TCU **Acórdão nº 1142/2009-Plenário**. Brasília, 27 de maio de 2009.

IPEA. Emprego Público no Brasil: comparação internacional e evolução recente. IPEA, 2009. (19º comunicado da presidência do IPEA).

Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/09_03_30_ComunicaPresi_EmpPublico_v19.pdf> <acesso em: 26 abr 2012>

LÉVY, P. **As Tecnologias da Inteligência**. O Futuro do Pensamento na Era da Informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2001.

Ministério da Justiça. Segurança Pública. www.mj.gov.br.

PALLOFF, M.; PRATT, Keith. **O aluno virtual**: um guia para trabalhar com estudantes online. Porto Alegre: Artmed, 2004.